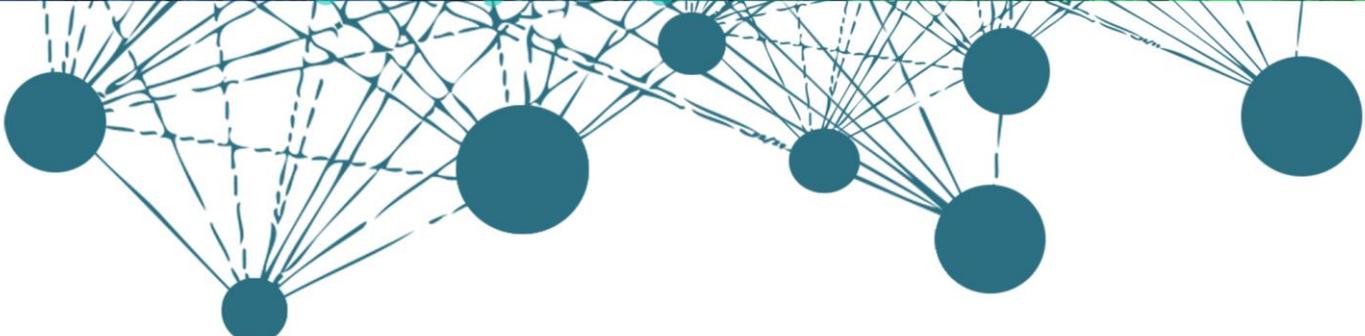




**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# **CONFLITOS IDENTITÁRIOS NO TERRITÓRIO: DESDOBRAMENTOS NO TEMPO**

Identity conflicts in territory: developments in  
time

*Marjorie Prado Junqueira de Faria, UFABC,  
[marjorie.prado@ufabc.edu.br](mailto:marjorie.prado@ufabc.edu.br)*

*Silvia Helena Passarelli, UFABC,  
[silvia.passarelli@ufabc.edu.br](mailto:silvia.passarelli@ufabc.edu.br)*

***Marjorie Prado Junqueira de Faria***, mestranda do Programa de Planejamento e Gestão Territorial da UFABC.

***Silvia Helena Passarelli***, doutora em Estruturas Ambientais Urbanas (FAUUSP); docente do Programa de Planejamento e Gestão Territorial da UFABC.

### **Resumo**

O presente artigo tem por intenção interpretar os fenômenos identitários e seus conflitos no território, da abolição da escravatura no interior Paulista até as grandes cidades contemporâneas, de modo problematizar o insistente impasse acerca da ocupação do espaço proveniente das diferenças das identidades e as relações de poder oriundas dos embates entre grupos sociais.

**Palavras-chave:** Território, Conflitos, Identidades, Racismo, População Negra.

### **Abstract**

This article intends to interpretate the identity phenomena and their territorial conflicts, the abolition of slavery in the Paulista inland to the large contemporary cities, to discuss the persistent struggles that surrounds the space occupation from many identities and the power relations that came from the clash of social groups.

**Keywords:** Territory, Conflicts, Identities, Racism, Black Population.

## INTRODUÇÃO

**C**ada vez mais debate-se a relação das identidades no mundo contemporâneo. Em um mundo global, a diversidade se desenvolve em meio a oposições simbólicas. Nesta dinâmica, os desafios acerca das identidades e diversidades, as diferenças e as indiferenças se impõem, na tentativa de refrear aspectos de dominação intrínsecos ao mundo moderno global.

Todavia, os conflitos identitários não são aspectos novos desta modernidade globalizante. Imigrações, deslocamentos forçados são deveras presentes na história mundial. Toda relação de disputa, seja na submissão cultural ou por controle de riqueza, dá-se no espaço, por isso a luta se incide no campo simbólico e material.

O presente artigo faz uma digressão histórica no território paulista, em parte da região administrativa de Campinas, na divisa com Minas Gerais<sup>1</sup>, a partir do século XVIII, esmiuçando os grupos sociais que se sucederam nesse território, por meio de camadas identitárias que se formam na sobreposição das outras, traduzindo o embate. A lógica da dominação na evolução temporal se sofisticou, por inúmeros subterfúgios, onde o sistema capitalista se impõe de forma precípua. Contudo, por detrás de uma sociedade contemporânea complexa, existem disfunções tão arcaicas que perduram e que se engendram na cultura, economia e sociedade: o conflito e a dominação.

Assim, a primazia da identidade branca e europeia prevalece na ocupação das terras e, por conseguinte, na lógica do acúmulo, sua cultura é imperiosa no território, concebendo uma

---

<sup>1</sup> As cidades de Caconde e Divinolândia, em São Paulo, e Muzambinho em Minas Gerais.

assimetria entre outros grupos, inaugurando no passado e perpetuando até os dias de hoje um tipo de violência étnica e identitária, o racismo.

Se as relações sociais que se transcorrem são traduzidas no território, por certo, o racismo influencia na dinâmica do espaço acentuando ainda mais as assimetrias relacionais. Em um mundo onde o espaço é encurtado, onde os deslocamentos populacionais se intensificam, pensar a cidade contemporânea sob o viés identitário é medida necessária. Para tanto, deve-se compreender de que modo os conflitos passados guardam relação com os atuais.

## IDENTIDADE E TERRITÓRIO

**P**artindo do entendimento de que identidade é umas das questões centrais da filosofia, principalmente no que concerne à Metafísica Clássica, sua discussão surgiu entre os filósofos Parmênides, na busca do elemento único, a essência; Heráclito, o pluralismo, que vê o real como o reino da diferença e do conflito, permeando o sentido dialético e Platão, com sua metafísica dualista, visa conciliar ambas as posições. Por tais razões, nota-se que a questão da identidade é uma questão profícua, longe de se esgotar. (Hilton e Marcondes, 2008)

Segundo Castells (1999, p. 22), a identidade seria fonte de significado e experiência de um povo. Entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

Trabalha-se por ora com o conceito identidade ao invés de raça, vez que como ensina Kabenguele Munanga:

*/.../ sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas. Seria muito difícil convencer Peter Botha e um zulu da África do Sul de que a raça negra e a raça branca não existem, pois existe um fosso sócio-histórico que a genética não preenche automaticamente. Os mestiços dos Estados Unidos são definidos como negros pela lei baseada numa única gota de sangue. Eles aceitaram e assumiram essa identidade racial que os une e os mobiliza politicamente em torno da luta comum para conquistar seus direitos civis na sociedade americana, embora conscientes da mistura que corre em seu sangue e também da negritude que os faz discriminados. (Munanga, 2006, p.53)*

Assim, o racismo é resposta do sistema escravocrata, segundo Eric Wiliams, “A escravidão não nasceu do racismo: ao invés disso, o racismo foi a consequência da escravidão. O trabalho cativo no Novo Mundo era marrom, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão” (Wiliams apud Callinicos, 2000, p. 14).<sup>2</sup>

Ainda neste sentido, pode-se entender que o racismo é fruto das sociedades capitalistas modernas, uma ideologia criada para acirrar a superioridade de uma identidade étnica sobre

<sup>2</sup>O racismo desenvolveu-se no contexto criado pelo desenvolvimento da 'escravidão sistêmica' do Novo Mundo: a idéia de que os africanos eram (nas palavras de Hume) 'naturalmente inferiores' aos brancos justificou o ato de negar-lhes 'os direitos dos ingleses' e escravizá-los. (Callinicos, 2000, p. 16)

outra. Um conflito que se inicia entre continentes geográficos e que hoje é latente em diferentes escalas territoriais.

Segundo Muniz Sodré, o racismo se apresenta como denegação de identidade: o outro não tem valor inexistente; denegação da humanidade: o outro não pertence a mesma espécie, logo é absolutamente Outro. Por seu turno, a etnia, em substituição à idéia de raça, tem como base as diferenças culturais de um grupo, ou sociedade. Envolve elementos como visão de mundo, relação com a natureza, relação entre os membros do mesmo grupo ou não, relações de trabalho, familiares e religiosas. Não tem base nas questões fenóticas, mas identificatórias. (Sodré apud Araújo, 2012, p. 7)

A reflexão acerca da identidade guarda relação com a dialética segundo Lebrveve (1985), permeando os indivíduos e suas relações econômicas, culturais e políticas sem deslocamento da natureza e do território. Abarca as relações afetivas e de pertencimento, porém, o que mais nos interessa é a organização política a partir das diferenças e das características comuns entre sujeitos com vistas à projeção e (i) materialização do presente e do futuro. (Saquet, 2014, p.19).

Um dos grandes desafios na cidade capitalista é lidar com as diferenças identitárias em uma modernidade globalizante. Em um mundo onde o território é compartilhado, o espaço é a arena onde as identidades se encontram e também evidenciam as diferenças. Segundo Henri Lefebvre, a cidade é “a projeção da sociedade no terreno” (2001), desta forma, as tensões culturais se reproduzem no espaço.

Independente do recorte temporal que se debruce para análise, verifica-se que o indivíduo transforma o espaço dentro de uma construção histórica e cultural, ou seja, uma conjuntura de ações, dinâmicas e conflitos se concentram numa evolução temporal em contraposição à natureza. Esta realidade se dá por meio da incidência de um poder, não só emanado do Estado, mas também de qualquer tipo de relação.

Assim, as relações concebem o espaço, por meio de dinâmicas político-ideológicas e dinâmicas geoeconômicas, em um movimento de socialização da natureza com infraestruturas apropriadas, e na cidade capitalista contemporânea, evidencia-se a exploração e a luta de classe.

É possível compreender que no espaço encontram-se diversas territorialidades e, para tanto, há que se compreender a territorialidade como parcela do território, o qual carrega a dimensão simbólica como aspecto relevante. Desta forma, entende-se que a identidade cultural é inerente a questão simbólica. Assim, Rogério Haesbaert (2016), em uma palestra, suscita que é necessária uma identidade no território para se ter territorialidade. A completar, Ana Fani Carlos sustenta:

A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. (Carlos, 2007, p.41)

No mesmo sentido, Muniz Sodré acrescenta: “A ideia de território coloca de fato a questão da identidade, por referir-se à demarcação de um espaço na diferença com outros”. (Sodré, 1988, p.23)

Assim, verifica-se o território como elemento fundamental na constituição da identidade cultural, uma vez que esta se dá em contraste com a diferença do outro. E a relação de poder está imbricada em um processo identitário e o território auxilia a objetivar tal processo.

Ressalta-se que no território há a utilização do espaço, apropriando e controlando recursos através das ligações sociais de produção, ocasionando mudanças, contradições e dominações numa relação dialética. Para Bagnasco (1977), “por sua vez, compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais específicas, na qual seus agentes sociais mantêm relações com agentes de outras áreas. Ligação que se dá tanto no nível interno como externamente, em virtude, especialmente, da ciranda mercantil”. (Bagnasco apud Saquet, 2007, p. 67)

Esta dinâmica que se desenrola no contexto temporal sob forças econômicas, político e culturais se impulsionam por relações de territorialidade, pelas forças produtivas, seja nas relações sociais inerentes a estas.

Corroborando com esta argumentação, para Haesbaert:

*/.../ o território possui duas dimensões cindidas. É um espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração. Ao mesmo tempo, é espaço apropriado concreta e simbolicamente por grupos sociais. Nesse processo, produzem-se símbolos, identidades e significados que têm funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos. Dessa maneira, é possível a criação de territórios alternativos dentro de um mesmo território. Assim, o território é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados, produzindo relações de poder. (Haesbaert, 2006, apud Monteiro e Pessoa, 2012, p. 4)*

Desta forma, entende-se o território para além do espaço delimitado geograficamente. É onde se estabelece as territorialidades, uma relação das diferentes identidades culturais que se vinculam, estabelecendo-se harmonicamente ou em meio aos conflitos, exacerbando os mecanismos de controle e dominação na imposição de valores simbólicos de um grupo que detém maior correlação de força.

## IDENTIDADES NO TEMPO E NO ESPAÇO: DO RURAL AO URBANO

**U**ma vez constatado um conflito identitário no território, há que se entender as relações pretéritas que se estabeleceram sob a égide da dominação. Para tanto, há que debruçar na dinâmica que incorreu a ensejar as características presentes no espaço atual.

Olho para o passado a partir da problemática do presente, na qual percebo com clareza uma apropriação política do jogo das diferenças, para propor que as representações não são simplesmente expressões simbólicas de realidades materiais, mas sobretudo apresentações, como diria Bourdieu (1989), das realidades que se quer ao mesmo tempo dominar. (Montero, 1997)

Tal reflexão se revelou pertinente devido a uma pesquisa que está sendo realizada no interior de São Paulo, cuja intenção é compreender a ausência de conhecimento, por parte da população,

sobre a origem quilombola da cidade, foi imperioso estudar a dinâmica territorial local para se entender investigar a origem do quilombo, extinto em 1759, acerca da cidade de Caconde<sup>3</sup> e proximidades. Ao que se possa refletir sobre o processo histórico que desencadeou a formação do território nesta região, é relevante constatar que o intenso fluxo migratório concebeu camadas étnicas no espaço.

Após a dizimação quilombola em 1759, a mando do Governador da Capitania de Minas Gerais, descobre-se ouro em tais terras em 1765, encerrando-se na urgente ocupação paulista na região para acautelar-se da possessão mineira que insistia em ser presente. Desta forma, em 1775, com a presença de paulistas na região, criou-se a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo, formalizando a demarcação do território com Minas Gerais, estabelecendo uma sede da paróquia no povoado que já existia. Assim, desencadeia o processo de formação da cidade de Caconde.

Durante este período, começou uma corrente migratória de mineiros, que se apossou das terras da antiga freguesia, também conhecida por Nossa Senhora das Cabeceiras do rio Pardo. O repovoamento do núcleo urbano somente foi efetivado em 1822, com a doação do patrimônio por Miguel da Silva Teixeira. Inicialmente, dedicaram-se à pecuária, que foi substituída pela cafeicultura em meado do século XIX. (IBGE)

Posteriormente, faz-se relevante ressaltar o surgimento, em meados de 1840, de inúmeras fazendas na região<sup>4</sup>. Um período de inexistência de regulamentação sobre a titulação das terras, em um momento de rompimento de fronteiras para a posse e necessidade de segurança jurídica para proprietários de fazendas. Somente em 1850 que surge a Lei de Terras.

O café retardaria por sete anos a aprovação deste Projeto, que retomou à Câmara com algumas alterações. Note-se que, neste período, ampliou-se o processo da posse da terra, agora sob o domínio e controle dos fazendeiros. No Vale do Paraíba espalhavam-se as plantações de café, ampliavam-se os latifúndios em áreas antes dedicadas às lavouras de subsistência, agora cada vez mais exploradas pelo trabalho escravo. Conseqüentemente, expulsavam-se moradores e pequenos posseiros, que outrora pontilhavam o caminho tantas vezes trilhados pelos tropeiros e bem conhecido de Saint-Hilaire. Paradoxalmente recrudescia a escravidão, no momento mesmo em que levantavam-se as maiores barreiras ideológicas contra sua existência. Só às vésperas da promulgação da lei que aboliu definitivamente o tráfico de escravos no Brasil, voltou-se a discutir na Câmara, o Projeto de Terras e Colonização, agora dando-se maior ênfase à questão da colonização. (Gadelha, 1989, p. 160)

E ainda neste sentido,

<sup>3</sup> Apesar da palavra cacunda (costas, dorso, corcova) advir do quimbundo ka(di)kunda, a Dra. Yeda Pessoa de Castro nos traz também a própria palavra caconde, variação de cacondé, do quimbundo kakundi<kunda, que significa barranco; enxurrada que cai de lugar elevado. O território atual de Caconde é referido como Caconda na notícia de posse dada pelo procurador da Coroa e Fazenda de São Paulo em 1771. Cunha Matos se refere, em 1834, a um "Presídio da Caconda" em Angola. Atualmente, há o município de Caconda, província de Huíla de Angola. (MARTINS, 2008)

<sup>4</sup> Algumas Fazendas, cujos nomes originaram bairros no município. 1846, Fazenda Bom Jesus; 1847, Bocaina; 1847, Pinhal; 1846, Fazenda Faisqueira; 1848, Fazenda Capoeira do Aparador; 1848, Fazenda Contendas; 1855, Fazenda Bonsucesso; 1846, Fazenda Boa Vista; 1848, Ribeirão De Santo Antonio. (Fórum Ministro Costa Manso Casa Branca – SP, outubro de 2016)

A Lei de Terras aparecia agora como urgente e necessária, não mais dando prioridade à questão das terras e, sim, à necessidade da substituição dos braços escravos, conseqüência imediata da suspensão do tráfico, em uma sociedade que não pensava no escravo como trabalhador e, sim, como mero instrumento de trabalho. Procurava-se, assim, contrabalançar os efeitos da abolição, incentivando a colonização através da possibilidade que teriam os colonos imigrantes, da aquisição de lotes de terras devolutas. Possibilidade, que se apresentaria com o retalhamento dos terrenos pertencentes ao Estado, em pequenas propriedades, tomadas acessíveis à poupança dos colonos, após alguns anos de trabalho nas lavouras de proprietários que os pudessem remunerar. (Gadelha, 1989, p.160)

Tais fazendas, aos poucos, começam a trocar a mão de obra escrava pela europeia imigrante assalariada. Desta feita, nesta região, houve uma forte presença europeia, estimando-se que cerca de 160 famílias se estabeleceram segundo levantamento de pesquisador local<sup>5</sup>. Aos poucos, capitalizando recursos, os europeus foram adquirindo terras e se enraizando.

A Lei de Terras possibilita aos que já detinham propriedade, regularizá-la, contudo as terras que ainda não eram ocupadas só poderiam ser compradas por meio de leilões com pagamento à vista. Ou seja, mais uma vez o Estado se coloca a favor da elite econômica brasileira em detrimento dos demais brasileiros, principalmente do negro escravo ou liberto. (Vieira, 2014)

Essa digressão histórica, tão específica, tem por intenção demonstrar as camadas oriundas dos grupos étnicos da região até o início do século XX. Note-se, ao todo, ao que possa ser notadamente explicitado a presença de: 1) indígenas, 2) quilombolas, 3) mineiros e paulistas, 4) fazendeiros mineiros e paulistas e 5) descendentes europeus.

Elencadas as camadas culturais, percebe-se que o arranjo espacial se deu por dominância da identidade cultural predominante branca que se verifica até os dias de hoje. A questão que se apresenta é: Onde estão os negros e indígenas de territórios que por eles foram desbravados? Assim, em meio a reiteradas tentativas frustradas de constatar a memória quilombola com inúmeros entrevistados, sobressaiu a necessidade de entender sobre o deslocamento dos negros e indígenas da região, possivelmente, tal realidade compreenderia a ausência de memória do território. Assim, os relatos, em sua maioria de idosos, trouxeram informações pertinentes à dinâmica territorial que se sucedeu, principalmente, após a abolição da escravatura.

Em 2014, ao ser questionada sobre a presença negra na região, a idosa descendente de europeus nº 1<sup>6</sup> lembra-se que nas terras de sua família, época de seu avô, encontrava-se um negro de idade avançada que vagava pelas terras após reiteradas fugas, sempre mostrando as marcas dos pés. Tal depoimento guarda relação com o de outro idoso de descendência italiana nº 2<sup>7</sup>, que se recorda que antigamente havia um negro “andante”, amigo da família – e que fora escravo<sup>8</sup>, que vagava pela região, o qual tinha “pé grosso”.

<sup>5</sup> Levantamento realizado pelo gestor da Prefeitura da Cidade de Caconde, José Armando Bazili.

<sup>6</sup> Idosa descendente de espanhóis 1 - Entrevista concedida para pesquisa acadêmica a Marjorie Prado Junqueira de Faria em julho de 2014, Divinolândia.

<sup>7</sup> Idoso descendente de italianos 2 – Entrevista concedida para pesquisa acadêmica a Marjorie Prado Junqueira de Faria em outubro de 2016, Muzambinho.

<sup>8</sup> Informação concedida pelo irmão do entrevistado em outubro de 2016.

Em meados de 2016, foram recolhidos depoimentos de idosos afrodescendentes na região. Uma afrodescendente idosa nº 3<sup>9</sup> fala que no passado alguns negros tinham terras, mas devido ao assédio dos brancos em invadi-las, acabavam por desistir e mudarem para a área urbana. No caso, o afrodescendente nº 4<sup>10</sup> utiliza a seguinte expressão sobre os tempos passados: “Existia o esperto e bobo, o bobo era o preto, era o pobre. Às vezes acontecia do preto ter um pedaço de terra, (...) o branco ia chegando e ajeitando até tira ele dali e ficar para ele”.

Um afrodescendente idoso nº 5<sup>11</sup> relata que brancos queimavam as casas de negros. A corroborar com tal assertiva, uma idosa de ascendência europeia nº 6<sup>12</sup> diz que no passado, imigrantes europeus compravam terras com seu capital oriundo do trabalho das fazendas, mas também invadiam terras não habitadas. Estes depoimentos são referentes à mesma área localizada entre as cidades de Divinolândia e Caconde. Foi entrevistado um idoso afrodescendente nº 7, cuja propriedade rural é oriunda de herança de família, onde o avô, após a libertação da escravatura, conseguiu adquirir terras. Destaca-se que sua família sempre teve um bom relacionamento com descendentes de europeus.

O mesmo entrevistado nº 5 relatou que muitos negros saíram da região e foram para São Paulo e demais cidades, devido a imigração europeia, ou, num passado mais recente, com a construção da Usina Graminha, onde ainda havia casas de pau a pique dos negros mais antigos.

Com relação aos indígenas, em um depoimento na zona rural de Muzambinho, o entrevistado nº 2 relata que seu avô conheceu dois índios na região. Na região de Divinolândia, moradores lembram-se que antigamente haviam índios “amoitados” próximos às matas.

O negro, sentindo-se aliviado da brutalidade que o mantinha trabalhando no eito, sob a mais dura repressão (...), só queria a liberdade. Em consequência, os ex-escravos abandonavam as fazendas em que labutavam, ganhavam as estradas à procura de terrenos baldios em que pudessem acampar para viverem livres como se estivessem nos quilombos, plantando milho e mandioca para comer. Caíram, então, em tal condição de miserabilidade que a população negra reduziu-se substancialmente (...). Muito mais pela terrível miséria a que foram atirados não podiam estar em lugar algum, porque, cada vez que acampavam, os fazendeiros vizinhos, organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los, uma vez que toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra. (Ribeiro 2006 apud Vieira, 2014, p. 24).

Ao se interpretar estes fatos, extrai-se que os afrodescendentes, em não sendo possuidores de terras, deslocavam-se para outros territórios, sendo espoliados das terras. A disputa pela terra não vem dos dias de hoje, porém ainda na memória coletiva da região, percebe-se o impacto da disputa do espaço em face às etnias indígenas e negras, impondo-se no território a hegemonia branca. Da escravidão aos dias de hoje, a exclusão é medida que se impõe quando se fala em acesso à terra.

<sup>9</sup> Idosa Afrodescendente 3 – Entrevista concedida para pesquisa acadêmica a Marjorie Prado Junqueira de Faria em outubro de 2016, Caconde.

<sup>10</sup> Idoso Afrodescendente 4 – Entrevista concedida para pesquisa acadêmica a Marjorie Prado Junqueira de Faria em outubro de 2016, Caconde.

<sup>11</sup> Idoso Afrodescendente 5 – Entrevista concedida para pesquisa acadêmica a Marjorie Prado Junqueira de Faria em setembro de 2013, Tapiratiba.

<sup>12</sup> Idosa descendente de italianos 6 – Entrevista concedida para pesquisa acadêmica a Marjorie Prado Junqueira de Faria em outubro de 2016.

A distribuição do espaço, no que diz respeito à moradia também apresenta uma face discriminatória. Por exemplo, no Brasil a população negra tem sido segregada espacial e economicamente, pois tem dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, ou conseguindo ocupações cuja remuneração é baixa, como consequência reside em bairros afastados, onde os aluguéis são mais baratos, vivenciam uma série de dificuldades quanto ao tamanho e qualidade das casas e às condições de vida oferecidos no local. Carlos Hasenbalg descreve, resumidamente, alguns desses acontecimentos que reunidos criaram condições para uma exclusão do mercado de trabalho estável e uma segregação espacial: “Desde a abolição, a população negra na antiga sociedade escravista tem estado na retaguarda do capitalismo industrial. Durante várias décadas após a abolição, os negros ficaram concentrados nas regiões agrícolas mais atrasadas como parceiros, pequenos arrendatários, camponeses e moradores. Durante esse período, no Brasil e nos Estados Unidos, ondas sucessivas de imigrantes europeus ocuparam as posições abertas pela expansão dos setores e regiões capitalistas. Com o movimento das áreas de plantação para favelas e guetos citadinos, os negros, longe de penetrarem no cerne da classe trabalhadora, industrial, aglomeravam-se em torno de suas camadas inferiores em mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificado” (Hasenbalg, 1979 apud Araújo, 2012, p.3).

Desta forma, de modo a compreender a distribuição assimétrica de terras e riquezas:

Percebe-se que as lutas por redistribuição passam pelo confronto das estruturas de poder oligárquicas, coloniais, que permanecem historicamente hegemônicas no controle de terras e riqueza. São estruturas de poder herdadas do projeto colonial, mas que permanecem atuais e atuando, e nesse sentido, são marcas de um passado que conserva, uma espécie de “poder do atraso”, utilizando a expressão de José de Souza (2011). São relações sociais de poder e, muitas vezes, de violência que funcionam como uma espécie de inércia, desacelerando as possibilidades de mudança e transformação da realidade social. Mas estas estruturas de poder não são apenas estruturas de classe, elas estão plasmadas por um imaginário colonialista e racista que sustenta ideias e práticas de dominação e que está entranhado da sociedade e estado. (CRUZ, 2014, p. 65).

Como já aventado, não se pode ignorar que as relações de poder, dentro do processo identitário, se dão sempre em um território pelo princípio da propriedade. Basta aventurar-se no início do capitalismo mercantil, onde as etnias eram debeladas nos anseios do modo de produção escravista, cujo intento era a exploração econômica, mas também a manutenção das fronteiras territoriais, na submissão das identidades.

Na breve digressão histórica apresentada no interior de São Paulo, na usurpação dos territórios pelas classes dominantes, inicia-se a problemática acerca da propriedade, sendo que a lógica de acumulação criou uma cultura patrimonialista, pois Holston (2013, p. 159) ao citar Hegel, destaca que os indivíduos sem propriedades perdem a possibilidade de se desenvolver plenamente como pessoas. Os que não têm propriedade não são apenas pessoas inferiores, mas também cidadãos menores. Assim, as etnias ficam à margem de suas terras e da sociedade.

No processo onde sobrepõem identidades dentro de uma disputa por território, evidencia-se que o espaço não é só uma luta de classes, mas que há, também, uma luta cultural que a precede. Como já dito, historicamente, isso é constatável ao perceber-se que a lei de Terras de 1850 abria espaço para imigrantes (Holston, 2013), majoritariamente europeu ou seus descendentes, a garantir a ocupação e escrituração de terras. Um processo de embranquecimento nacional, que já jogava ao ostracismo descendentes africanos e indígenas, distanciando-os do acesso à terra e ao mercado.

Essa conjuntura não é tão distante da contemporaneidade, haja vista, por exemplo, segundo Rachel Rolnik (2015), em um sistema de aquisição da casa própria entre 1934 e 1968 nos Estados Unidos, ocorreu práticas discriminatórias de credores imobiliários, vez que 98% dos empréstimos foram dados a brancos. Ainda neste sentido, atualmente, um dos motivos que levaram a efetivação do BREXIT no Reino Unido foi a intensificação dos fluxos migratórios, cuja discussão, por vezes beiram a xenofobia. Nota-se que o racismo é relevante na análise de ocupação dos territórios.

No Brasil, percebe-se que com base nos estudos de Igualdade Racial em São Paulo elaborado pela Prefeitura de São Paulo, “A população negra concentra-se nas periferias da cidade em locais com poucas oportunidades de emprego. Em locais como Parelheiros, a população negra\* chega a 57,1%, enquanto em zonas centrais como Pinheiros é de apenas 7,3%”. (São Paulo, s.d.)

Sabemos bem que essa realidade que associa pobreza, racismo e violência não se restringe a São Paulo. Estudando o Rio de Janeiro da década de 1950, Costa Pinto afirmava que, enquanto de cada 100 habitantes da cidade 27 eram “de cor”, nas favelas esse número se alterava radicalmente: nelas, para cada 100 moradores, 71 eram negros. A isso ele já chamava, na época, de “segregação étnica”. Quase meio século depois, em 2001, Ney dos Santos Oliveira utilizaria dados da PNAD de 1996 para analisar a desigualdade social na favela do Morro do Estado, localizada em Niterói, cidade que detinha na ocasião o índice de melhor qualidade de vida do Estado. Incrivelmente, os dados praticamente se repetiriam, não obstante o crescimento do País e, principalmente, das grandes cidades. Niterói registrava no seu centro 72% de moradores brancos e 28% de negros; no Morro do Estado, esses números simplesmente se invertiam, revelando 27,4% de brancos e 72,6% de negros. (Pacheco)

Nos Estados Unidos, na década de 80, surge o termo cunhado de Racismo Ambiental, que segundo Deborah M. Robinson,<sup>13</sup> seria a discriminação racial na formulação de políticas ambientais e na aplicação de leis, prejudicando diretamente as pessoas de comunidades negras com as instalações de resíduos tóxicos e perigosos.

A autora sustenta também que as vítimas de racismo ambiental são afro-americanos, latinos, índios americanos, asiáticos e das ilhas do Pacífico, que estão mais propensos a viver em condições perigosas ambientais que brancos. Três em cada cinco afro-americanos vivem em comunidades com depósitos de resíduos tóxicos não controlados. Terras americanas nativas e locais sagrados são áreas de operações de mineração extensivas e depósitos de resíduos radioativos. Três dos cinco maiores aterros para resíduos perigosos comerciais estão localizados em comunidades afro-americanas e latinas predominantemente. O racismo ambiental é, portanto, uma nova manifestação da opressão racial histórica. É apenas “vinho velho em uma garrafa nova.”<sup>14</sup>

Note-se que não só no Brasil o racismo se apresenta no arranjo do espaço. Note-se também que enquanto a precariedade assola as zonas periféricas, as áreas mais abastadas cuidam de criar

<sup>13</sup> Environmental racism can be defined as: Racial discrimination in environmental policy making and the enforcement of regulations and laws; the deliberate targeting of people of Colour communities for toxic and hazardous waste facilities; Texto Traduzido, ROBINSON, Deborah M. Environmental Racism: Old Wine in a New Bottle. tradução nossa.

<sup>14</sup> In the United States, the victims of environmental racism are African Americans, Latinos, Native Americans, Asians, and Pacific Islanders, who are more likely than Whites to live in environmentally hazardous conditions. Three out of five African Americans live in communities with uncontrolled toxic waste sites. Native American lands and sacred places are home to extensive mining operations and radioactive waste sites. Three of the five largest commercial hazardous waste landfills are located in predominantly African American and Latino communities. (...) O Environmental racism, therefore, is a new manifestation of historic racial oppression. It is merely “old wine in a new bottle.” ibidem

condomínios herméticos, muros tangíveis e intangíveis que separam a cidade de sua convivência com as diferenças, sob o discurso da segurança. Destaca-se, em reportagem do Jornal El País: “Eles geram desigualdade, argumentam os especialistas, porque concentram apenas pessoas de um mesmo poder aquisitivo convivendo entre si”. Ainda neste sentido, o sociólogo Eduardo Marques argumenta “Essa lógica tem sido responsável por produzir uma sociedade dividida em nichos **em que o contato com o outro fica cada vez mais distante e, por isso mesmo, o diálogo cada vez mais difícil**” (Oliveira, 2016, grifo nosso)

Em um mundo de muros, seja na cidade de São Paulo com seus condomínios, seja no Reino Unido com o BREXIT ou com Donald Trump e seu muro com o México, percebe-se que quando assolam-se crises econômicas, invariavelmente acirram-se, em igual proporção, as diferenças identitárias.

Em Poutignat e Streif-Fenart (2011), uma pergunta relevante que se cabe é do porquê os indivíduos dedicam-se de forma tão obstinada para construir fronteiras étnicas e para defender identidades definidas por tais fronteiras sem uma clara adaptação de sobrevivência? Esta questão poderia ser refletida por teorias mobilizacionistas que sustentam que as reivindicações de identidades étnicas implicam em interesses materiais subjacentes. Veja-se que estas quando não conferem nenhuma vantagem no acesso a um poder ou a recursos materiais, as fronteiras étnicas se enfraquecem e as identidades étnicas tendem a desaparecer.

As teorias do grupo de interesse implicam todas, de um modo implícito ou explícito, que sendo a etnicidade uma função da desigual distribuição de recursos entre os grupos, suas manifestações são, conseqüentemente, levadas ao desaparecimento com uma organização igualitária. ‘ O conflito étnico, afirma Brass, é, como qualquer forma de conflito, habitualmente baseado na raridade dos bens e nas ameaças contra o bem-estar das pessoas. A redução desta raridade e destas ameaças pode assim reduzir ou suprimir os conflitos étnicos. (Poutignat e Streif-Fenart, 2011, p. 138).

Os presentes autores, ainda sustentam, citando Hoetink, 1967, que a transposição das fronteiras étnicas pelos indivíduos não coloca em causa necessariamente sua pertinência social. Nesse ínterim, faz relevante tomar como exemplo o fenômeno conhecido como *passing* para negros americanos de pele clara não contribuiu para colocar em causa a fronteira entre negros e brancos. Se verificar a realidade, é possível constatar o diverso, uma vez que contribuiu, “eficientemente, de modo congruente com a avaliação dos indivíduos mistos à categoria de negros, para impedir a emergência de uma categoria intermediária e assim manter intacto o limite entre os dois grupos.” Ainda neste sentido, “quando as identidades étnicas estão fortemente correlacionadas a um sistema de estratificação socioeconômico (ou seja, quando as características fenotípicas ou culturais são associadas de maneira sistemática à posição de classe), a fronteira étnica superpõe-se à fronteira social, uma reforçando a outra”. (Hoetink apud Poutignat e Streif-Fenart, 2011, p. 155).

Nos encontros de grupos identitários, é comum gerar tensão no espaço, criando-se guetos com fundamento em hierarquia econômica e social, evidenciando-se setores dominantes e subordinados. A cultura capitalista neste embate, impulsiona a segregação espacial, posto que a cidade retrata a produção social capitalista que se reproduz desigualmente, principalmente frente às identidades sobrepujadas por um grupo hegemônico.

Nesta prática dialética espacial, há uma expansão do urbano e os guetos se estabelecem. O esquecimento destes grupos se dá via dominância social, projetando no espaço o predomínio de referências de uma identidade sobre a outra. Se o espaço é o palco do conflito, o desafio que se

impõe é pensar alternativas ao rompimento desta lógica que surge há séculos e que perpetua-se em um mundo contemporâneo permeados por direitos humanos, a ver o direito à cidade.

Vale ainda ressaltar que “o direito à cidade hoje como existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p. 63). A elite que concentra os meios de produção, também propaga valores simbólicos que perpetuam o sistema que a sustenta, moldando o espaço de acordo com sua cultura.

Rever padrões normativos é medida que se impõe, compondo o fato de que a horizontalidade das negociações são inerentes ao diálogo, por tanto, indivíduos com suas diferenças devem ter igualdade de condições no debate. E a resistência e os movimentos sociais são a alavanca para conquista de espaços materiais e imateriais.

Holston (2013) sustenta que em um sistema de direitos de cidadania assim baseado na imunidade de alguns e na incapacidade de outros, são relações de privilégio que atuam sem a obrigatoriedade do dever para com aqueles que não têm o poder de impor suas reivindicações.

Há que se pensar a necessidade de participação como elemento constitutivo de uma democratização do ordenamento territorial. As disparidades do espaço guardam relação com concentração econômica que tem estreito atrelamento com as desigualdades inerentes às diferenças étnicas. Veja-se que redes de movimentos sociais, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidariamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão sendo construídas num processo dialógico. (Neto, 2014, apud Scherer – Warren, 2007, p.36).

As migrações sempre ocorreram, bem como a disputa territorial por grupos. Em mundo de deslocamentos intensificados, recursos cada vez mais escassos e de diferenças de grupos acentuadas, urge uma reflexão acerca de identidade e território. Se o capitalismo se modifica e aperfeiçoa, a problemática da ocupação do território e das diferenças identitárias continua estagnada e longe de solução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**É** importante observar que as diferenças identitárias são inerentes ao capitalismo, e disputam espaços materiais e imateriais. Dos indígenas aos quilombolas de Caconde do século XVIII, encontram-se o conflito agrário destas etnias em pleno século XXI em todo território brasileiro. Jogados ao ostracismo da sociedade por uma cultura ocidental, este conflito que se inicia no período colonial do capitalismo mercantil, persevera na memória recente de grupos que trazem à baila as disputas no território nos dias de hoje, a considerar a existência de um racismo ambiental.

O capitalismo incorpora as diferenças étnicas e as reproduz no espaço, na sua face mais perversa sob a ótica racista. O que ocorreu no início do século XVIII no Nordeste Paulista, ainda que distante no tempo, resulta até os dias de hoje na sensível problemática da desigualdade social espacial que se encontra na cidade contemporânea. Ora, o território é testemunha das identidades que o habitam quando preserva patrimônios que narram sua ocupação pretérita. Mas mais que um

recorte histórico isolado, traz uma reflexão: ainda reproduzimos uma lógica racista no espaço em pleno contexto de direitos que resguardam a igualdade entre os seres humanos.

O território é um reflexo de um jogo de forças em meio a diversas territorialidades, onde as diferenças se acirram como os direitos inerentes aos conflitos subjacentes às desigualdades. É nele que as identidades se encontram, a diversidade se desenvolve em meio a oposições simbólicas. Nesta dinâmica, o direito deve cuidar da identidade e diversidade, a diferença e a indiferença na tentativa de refrear aspectos de dominação intrínsecos ao mundo moderno global, aliados aos movimentos insurgentes que alavancam as disputas em busca da simetria das relações.

No debate acerca dos questionamentos sobre a conjuntura capitalista, há que suscitar a problemática das identidades e suas diferenças: raça, gênero e classe. Tais assimetrias resvalam na composição social da cidade, com a produção do espaço reproduzindo a lógica de (re)produção capitalista. Basta verificar a concentração de negros, nordestinos e latino-americanos na periferia da cidade de São Paulo. Realidade esta que se reflete também no mundo a fora.

Assim como as identidades, o território está em mutação perene, justamente porque a dialética é inerente a ambos. Se a cidade contemporânea é o ponto de encontro das diferenças, há que se criar espaços para o diálogo, com a clara intenção de erradicar as assimetrias na ocupação. Em um mundo que busca simetria, o Direito e os movimentos sociais buscam efetivar a equidade nas relações e nos espaços, mesmo em um mosaico de diferenças culturais.

Portanto, faz-se necessário pensar o planejamento e gestão territorial levando em consideração a questão identitária de modo a coibir as desigualdades étnicas. A Lei de Terras foi um instrumento potente para perpetuar a dominação da elite branca no território, encerrando-se na proliferação de latifúndios jogando as minorias à margem do acesso à terra. Acentua-se, então, um abismo social entre identidades sob o viés econômico, mas que reproduz uma cultura patrimonialista inerente a uma visão de mundo imposta há séculos por uma identidade étnica – branca, europeia e essencialmente masculina.

Os instrumentos de gestão devem contemplar a problemática identitária? Há que se pensar em ações afirmativas no acesso à terra e à moradia? Reforma agrária? O problema está longe de ser solucionado, haja vista que as imigrações ocorrem em grande intensidade nos dias de hoje e, assim como no período colonial, os grupos se estabelecem em guetos nas cidades. A política e economia são pensadas por pequenos grupos adversos à justiça social que tem a clara intenção de perpetuar seus valores simbólicos.

Mas é indubitável que há que se pensar o processo de redistribuição do espaço, pensando nos grupos excluídos, e pensar em uma comunidade não excludente, haja vista que segundo Bauman, “uma comunidade includente seria uma contradição em termos. A fraternidade comunitária seria incompleta, talvez impensável, ainda que invejável, sem essa inclinação fraticida inata.” (BAUMAN, 2001, p. 198).

A ocupação do território precisa ser pensada por meio da participação coletiva, levando em consideração as diferenças, a coibir o racismo, machismo e homofobia etc. Se a dominância cultural tem a ver com o poder, e este tem a ver com a distribuição de riquezas, resta claro que a distribuição destas, bem como a convivência harmônica serão um grande passo para o impasse identitário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Marivânia Conceição. A identidade e a questão racial no jardim alvorada em Maringá. Seminário de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. 3. **Anais....** São Carlos: UFSCAR, 2012. Acessado em 27/11/2016, Disponível em: [https://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/arac3bajo\\_marivc3a2nia-conceic3a7c3a3o.pdf](https://iiiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/arac3bajo_marivc3a2nia-conceic3a7c3a3o.pdf).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura no Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- CALLINICOS, Alex. Capitalismo e racismo. São Paulo: Zahar, 2000. Acessado em 27/11/2016, Disponível em: [http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS\\_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf](http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) E A Abolição da Escravidão Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do Século XIX. R. **História**, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Identidade nas geografias contemporâneas. Palestra proferida. **A importância do território e dos referenciais geográficos na construção de identidades sociais contemporâneas**. São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação; Sesc, jul. 2016.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade e revolução urbana. Editora Martins Fontes. 1 ed. 2014.
- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2008.(E-book)
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 27/11/2016, Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=350870&search=|info%20E1ficos:-hist%20F3rico>
- LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.
- MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande**: A História de Minas que se Devolve Ao Povo. Contagem: Santa Clara Editora Produção de livros LTDA, 2008.
- MONTERO, Paula. Globalização, Identidade e Diferença. **Novos Estudos**, nº49. Novembro, 1997. Acessado em 27/11/2016, disponível em [http://lw1346176676503d038.hospedagemdesites.ws/v1/files/uploads/contents/83/20080627\\_globalizacao\\_identidade.pdf](http://lw1346176676503d038.hospedagemdesites.ws/v1/files/uploads/contents/83/20080627_globalizacao_identidade.pdf).

- MUNANGA, KABENGUELE. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- SÃO PAULO (PREFEITURA). **Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios**. São Paulo Diverso. Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo. São Paulo: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, s.d. Acessado em 27/11/2016. Disponível em [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade\\_racial/arquivos/Relatorio\\_Final\\_Virtual.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf)
- OLIVEIRA, André. O condomínio seguro que converte as cidades brasileiras em inseguras. **El País**, São Paulo 6 NOV 2016 - 11:28 BRST. Acessado em 27/11/2016. Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/politica/1478113314\\_293585.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/politica/1478113314_293585.html)
- PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito. **Combate ao Racismo**. Acessado em 27/11/2016. Disponível em <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-urbano/>
- ROBINSON, Deborah M. Environmental Racism: Old Wine in a New Bottle. WORLD COUNCIL OF CHURCH. **Echoes**. Acessado em 27/11/2016. Disponível em <http://www.wcc-coe.org/wcc/what/jpc/echoes/echoes-17-02.html>.
- ROLNIK, Rachel. **A guerra dos Lugares**. Ed. Boitempo. São Paulo. 2015.
- SAQUET, Marcos Aurélio. As Diferentes Abordagens do Território e a Apreensão Do Movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / T327 Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.--** São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008..
- SILVA, Onildo Araújo da Silva, SANTOS, Ednusia Moreira Carneiro, NETO, Agripino Souza Coelho (ORG). **Identidade, território e resistência**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**. A Forma Social Negra-Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes. 1988.
- VIEIRA, Bianca Machado Concolato. “Do Escravismo às Políticas de Ações Afirmativas: O Negro Cotista Na Universidade Federal de Juiz de Fora”. Universidade Federal de Juiz de Fora Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Mestrado em Serviço Social. Juiz de Fora, 2014-